



RELATO FINANCEIRO

2017

FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI ACÇÕES





ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

RELATO FINANCEIRO	PÁGINA
INTRODUÇÃO.....	4
CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	6
INVESTIMENTOS.....	13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

NOTAS

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO FUNDO DE PENSÕES

RELATÓRIO DE GESTÃO





INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, determina que deve ser elaborado um relatório e contas anual para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve reflectir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- Posteriormente, na Norma Regulamentar N.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI ACÇÕES

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Ações globalmente financia planos de pensões de contribuição definida, existe apenas uma adesão que co-financia um plano de pensões de benefício definido.
- Em 31 de dezembro de 2017, o valor da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Ações ascendia a 77,057,647 euros.

\$



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI ACÇÕES

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

	Valores em euros
Valor do Fundo em 31.12.2016	65,969,814
Contribuições	7,671,603
Benefícios pagos	(285,454)
Transferências	(1,424,553)
Rendimento Líquido	5,126,237
Valor do Fundo em 31.12.2017	77,057,647



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

EUA

- A primeira estimativa para o crescimento da economia norte-americana em 2017 indica um avanço do PIB real de 2.3%, mais 0.8 pontos percentuais do que em 2016, refletindo aceleração do consumo privado, do investimento empresarial e das exportações. A forte recuperação do mercado de trabalho (a taxa de desemprego situava-se em 4.1% em Dezembro) suportou o consumo privado, num ambiente de maior confiança quanto à evolução da procura interna e externa. Assistiu-se também à recuperação do investimento que, numa primeira fase, se focou no sector energético, mas que, ao longo do ano, se estendeu a outros sectores, nomeadamente à atividade na indústria transformadora. Já no final do ano, a aprovação da reforma fiscal veio dar suporte à permanência de um cenário de crescimento em 2018. Em Dezembro, considerando a evolução do mercado de trabalho e a recuperação prevista da inflação, a Reserva Federal decidiu subir a taxa de juro de referência (fed-funds), tal como antecipado, em 25 pontos base, para o intervalo 1.25%-1.50%.
- A atividade económica em 2018 deverá crescer a um ritmo superior ao de 2017, projetando-se uma taxa de expansão de 2.4% (previsão BPI Research); o FMI é mais otimista, e prevê que a economia norte-americana cresça 2.7% este ano. A instituição considera que a revisão em alta da previsão de crescimento dos EUA (+0.5 pontos percentuais face às previsões de Outubro) beneficia das melhores perspetivas para a procura externa e, em particular, do impacto do pacote fiscal no cenário macroeconómico do país. Esta reforma fiscal poderá ser implementada no 2T 2018, segundo a OCDE, e prevê a redução dos impostos para pessoas singulares e coletivas. Com efeito, estas medidas tenderão a impulsionar as decisões de consumo e de investimento, limitando o impacto menos positivo que poderá advir da esperada continuação de normalização (subida) das taxas de juro pela Reserva Federal.

\$



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

- Os riscos associados a este cenário resultam, por um lado, dos efeitos no crescimento mundial de um possível aumento do protecionismo nos EUA; por outro lado, também a perspetiva de que a Reserva Federal prossiga com a subida gradual das taxas de juro de referência refletir-se-á no aumento dos custos de financiamento da economia, podendo criar algum constrangimento no comportamento do consumo e do investimento. Os riscos para o consumo advêm também do facto de a taxa de poupança se encontrar em níveis muito reduzidos, sugerindo a possibilidade das famílias adotarem comportamentos mais cautelosos nas suas decisões de consumo, evitando uma maior erosão da poupança. A verificação de tal cenário poderá traduzir-se em menor atividade produtiva, reduzindo as necessidades de investimento da economia.



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

ZONA EURO

- A primeira estimativa para o crescimento do PIB real em 2017 indica que a economia do euro avançou 2.5%, mais 0.7 pontos percentuais do que em 2016. Os indicadores económicos mais recentes confirmam que o bom desempenho da atividade na área do euro é evidente nas diversas economias que a constituem. As condições financeiras muito acomodáticas, o baixo preço dos bens energéticos, a recuperação da confiança entre os agentes económicos e a redução dos riscos políticos justificam o maior dinamismo da atividade no ano transato. A procura interna continuou a ser o principal motor do crescimento, mas a recuperação das exportações permitiu que o contributo da procura externa voltasse a ser positivo. No 3T de 2017, o crescimento atingiu 2.8% yoy (0.7% qoq), com a procura interna a contribuir de forma significativa para o crescimento trimestral do PIB da área do euro naquele trimestre (0.5 pontos percentuais), apoiada, principalmente, pelo consumo privado e investimento. A procura externa também contribuiu positivamente para o crescimento (0.1 pontos percentuais); e a estimativa preliminar para o crescimento no 4T indica uma expansão de 0.6% em cadeia e de 2.7% em termos homólogos. Importante ao longo do ano foi a melhoria do mercado de trabalho, observando-se a recuperação do emprego para níveis acima do período anterior à crise financeira internacional. Todavia, a recuperação do emprego não foi acompanhado pela aceleração dos salários, não se assistindo à formação de fatores de segunda ordem na dinâmica do comportamento dos preços.
- Apesar do esperado abrandamento do crescimento do PIB em 2018, as perspetivas de crescimento mantêm-se positivas, projetando-se um crescimento de 2.2%. Os fatores de suporte da atividade económica continuarão a ser a política monetária muito acomodática, a melhoria contínua do mercado de trabalho e a recuperação da economia mundial. O BCE também atualizou o seu cenário macroeconómico, revendo em 0,2 pontos percentuais o crescimento de 2017 para 2.4%, e em 0.5 pontos percentuais para 2.3% em 2018.

§



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

- Os principais riscos associados a este cenário podem advir de deterioração dos níveis de confiança dos agentes económicos, dependendo, por um lado, da evolução das negociações do *Brexit* e, por outro, do resultado das eleições italianas, se se confirmar a chegada ao poder de forças políticas eurocéticas. O termo do programa de compra de dívida de longo prazo poderá também refletir-se num agravamento dos custos de financiamento da economia; todavia, este parece ser um risco relativamente contido, na medida em que o suporte do banco central europeu continuará através da política de reinvestimento da dívida maturada e de baixas taxas de juro. Apesar da forte atividade, a inflação deverá manter-se moderada, com um aumento dos preços previsto de 1.5% para 2018.



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

PORTUGAL

- A economia portuguesa deverá ter crescido a um ritmo próximo de 3.0% em 2017 (2.7%), beneficiando do fortalecimento da procura interna (consumo privado e investimento) e do bom desempenho das exportações. No 3T, a atividade económica evidenciou uma desaceleração já esperada; ainda assim, o PIB cresceu de forma robusta (2.5% y/y e 0.5% q/q). O contributo da procura interna aumentou 0.5 p.p. face ao trimestre anterior, beneficiando, sobretudo, da aceleração do consumo privado. O ritmo de expansão desta variável acelerou para 2.5%, refletindo sobretudo maior dinamismo das despesas com bens duradouros (nomeadamente automóveis). A Formação Bruta de Capital Fixo registou uma contração em cadeia, depois de ter expandido nos cinco trimestres anteriores, traduzindo-se no abrandamento do crescimento homólogo para 8.9% no período em análise, menos 2.2 p.p. do que no 2T17. Por seu turno, o contributo da procura externa foi negativo, retirando 0.2 p.p. ao crescimento nos primeiros nove meses do ano, na medida em que o crescimento das importações superou o das exportações, refletindo a elevada componente importada do investimento e do consumo de bens duradouros, o qual cresceu cerca de 6.5% nos primeiros nove meses do ano. De notar, contudo, que as exportações apresentaram um crescimento sólido nos três primeiros trimestres. No último trimestre do ano, os principais indicadores económicos divulgados até à data sugerem que o crescimento continuará sólido, ainda que podendo registar um abrandamento face aos trimestres anteriores. O mercado de trabalho registou uma dinâmica bastante favorável nos primeiros 9 meses do ano, tendo o emprego aumentado 3.0% y/y e o desemprego caído 19.2% y/y. Este dinamismo traduziu-se na redução da taxa de desemprego para 8.5% no 3T 2017, menos 2 p.p. do que no período homólogo. Por grupo etário, verifica-se também a redução do desemprego jovem, embora este continue em níveis que superam os 20% (24.2% no 3T). O maior dinamismo do mercado de trabalho tem sido acompanhado pela redução dos inativos (-1.1% yoy no 3T), dos desencorajados (-9.6%) e do subemprego (-16.7%), refletindo-se no aumento da população ativa, limitando a queda da taxa de desemprego.

§



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

- O ritmo de crescimento dos preços do consumidor registou, ao longo do ano, um movimento de gradual aceleração, alimentada pela aceleração dos preços dos bens energéticos; também o forte dinamismo de turismo, com impacto nos preços praticados no sector hoteleiro contribuiu para a aceleração da inflação ao longo do ano. Com efeito, em Novembro, a taxa de inflação média anual harmonizada deverá ter ficado em 1.5%. Relativamente às contas públicas, os dados da execução orçamental apontam para que o défice em 2017 termine o ano cumprindo o objetivo oficial (-1.4% do PIB), refletindo o bom comportamento da receita tributária e a contenção da despesa, com destaque para a menor despesa com juros da dívida pública e o menor investimento público. Ao longo de 2017 assistiu-se a um ligeiro encolhimento do saldo excedentário das contas externas, via redução do saldo da balança corrente associado à deterioração da balança de bens. A evolução desta balança foi parcialmente compensada pela melhoria do excedente da balança de serviços, cujo saldo aumentou 0.5 p.p., totalmente à custa do contributo das exportações de turismo.
- Em 2018, antecipa-se que a economia avance 2.3%, continuando a beneficiar da robustez da procura interna e do fortalecimento da atividade do sector exportador, dadas as boas perspetivas de evolução dos principais parceiros comerciais de Portugal. A expectativa de que o mercado de trabalho continuará a recuperar gradualmente, e de que os custos de financiamento se manterão baixos favorecerá a permanência dos indicadores de sentimento dos agentes económicos em níveis elevados, consolidando o movimento de recuperação da procura interna. Por seu turno, o contributo da procura externa aumentará, na medida em que se espera o reforço da atividade do sector exportador. Os riscos para este cenário parecem equilibrados, sendo de salientar, em sentido ascendente, a possibilidade de um melhor comportamento que o antecipado da procura externa, o que reforçaria as exportações e o investimento; em sentido negativo, o principal fator de risco surge do facto de os rácios de endividamento público e privados continuarem elevados, o que na eventualidade de um cenário de maior aversão ao risco nos mercados financeiros internacionais, poderá refletir-se num significativo agravamento dos custos de financiamento.

§



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

- Em 2018, deverá manter-se a tendência de aceleração gradual dos preços do consumidor. Adicionalmente, o Governo estima que o défice orçamental diminua para 1.1% do PIB, beneficiando sobretudo da esperada consolidação do crescimento económico. No que diz respeito às contas externas, é esperada uma estabilização do excedente da Balança Corrente e de Capital, apoiado no pressuposto de que a melhoria da competitividade seja sustentada, de que as empresas continuarão focadas no mercado externo, de que as receitas no sector do turismo permanecerão estáveis e considerando a evolução esperada do preço do petróleo. Todavia, a aceleração das importações refletindo os elevados conteúdos importados de algumas das componentes da procura bem como o comportamento recente dos preços do petróleo, próximo dos 70 USD/barril, poderão traduzir-se num desempenho do saldo externo pior que o antecipado.

\$



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo	Benchmark
Ações	25%	50%	75%	MSCI Europe Total Return Net Euro
Obrigações	10%	35%	75%	Bloomberg Barclays EU Govt All Bonds Total Return*
Retorno Absoluto	0%	5%	20%	Euribor 3 meses
Imobiliário	0%	5%	20%	Bloomberg Barclays EU Govt All Bonds Total Return*
Liquidez	0%	5%	20%	Euribor 3 meses
Total	-	100%	-	-

* Índice que substitui o EFFAS>1 a partir de julho de 2017.

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

\$

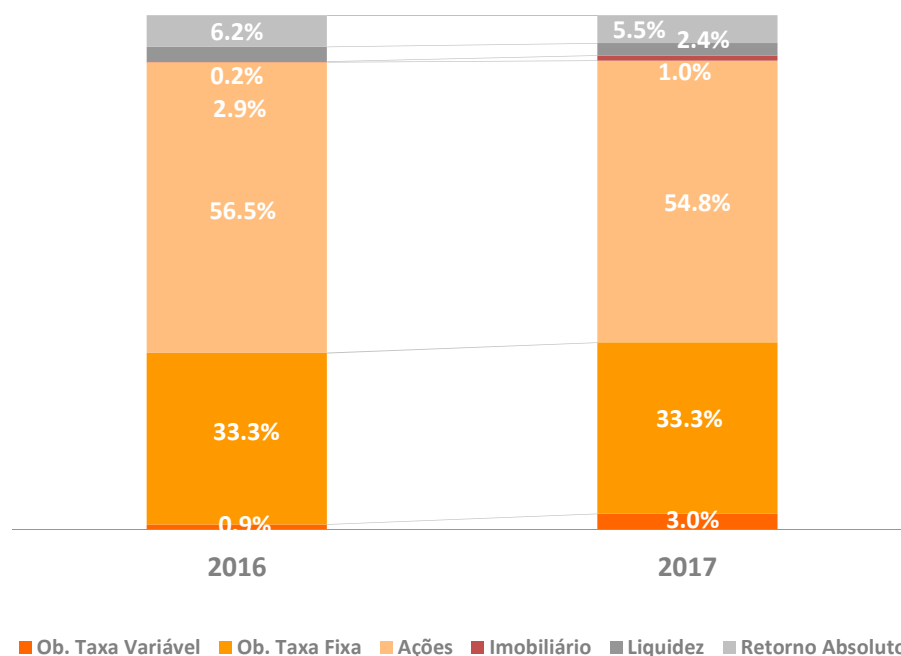


INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Durante o ano 2017 as aplicações do Fundo de Pensões sofreram alterações, cumprindo em linha a política de investimento definida, como se pode confirmar no gráfico seguintes:



\$



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de Junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão expressas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos activos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

\$



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstos na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções com a alocação a 31.12.2017:

	Política de Investimento		Alocação 31.12.2017	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Ações	25%	75%	54.8%	Cumpre
Obrigações	10%	75%	36.3%	Cumpre
Retorno Absoluto	0%	20%	5.5%	Cumpre
Imobiliário	0%	20%	1.0%	Cumpre
Liquidez	0%	20%	2.4%	Cumpre

- As aplicações em unidades de participação de fundos de investimento coletivo estão incluídas nas categorias indicadas, consoante o tipo de activo que caracteriza o fundo em termos maioritários.

\$



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade do Benchmark
Nos últimos 5 anos	5.8%	4	6.5%
Nos últimos 3 anos	4.8%	4	3.9%
Nos últimos 12 meses	8.4%	3	5.1%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

\$



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Observações

- O cálculo das medidas de rentabilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rentabilidade efetiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

UP_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rentabilidade anualizada} = (1 + \text{rentabilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que, n = número de dias do período de referência da rentabilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que, r_t = rentabilidade efectiva semanal no período t

T = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rentabilidade

\bar{r} = média aritmética simples das rentabilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0%	0.5%
2	0.5%	2%
3	2%	5%
4	5%	10%
5	10%	15%
6	15%	25%
7	25%	

Baixo Risco				Elevado Risco		
Remuneração potencialmente mais baixa				Remuneração potencialmente mais elevada		
1	2	3	4	5	6	7

\$





INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

COMENTÁRIO AOS RESULTADOS

- O ano de 2017 ficou marcado pela aceleração do crescimento económico ao longo do ano, assistindo-se a uma redução do risco político após as eleições em França, e pelas expectativas mais otimistas para os resultados das empresas. O BCE e a Fed iniciaram a retirada de alguns dos estímulos introduzidos nos últimos anos após um longo período de política monetária excecionalmente acomodatória. Neste contexto, o Fundo de Pensões Aberto BPI Ações obteve uma rentabilidade de 8.42%, tendo superado o seu índice de referência.
- Na classe acionista o contributo foi positivo e superior ao índice de referência. O fundo manteve-se, em média, sobreexposto à classe beneficiando com a sua valorização. Adicionalmente, a preferência por ações ibéricas, pelo sector financeiro e o desempenho superior dos fundos de ações em carteira contribuiu para a performance nesta componente.
- Nas Obrigações de Taxa Fixa o contributo foi positivo e superior ao benchmark. A preferência por dívida pública de países periféricos em detrimento de dívida pública alemã e a exposição a dívida privada de emitentes portugueses (EDP, REN, Brisa, etc.) que beneficiaram com a queda das yields da dívida pública portuguesa e a recuperação da economia, justificam este resultado.
- O contributo das obrigações de taxa variável foi positivo tendo-se beneficiado com o estreitamento do spread dos títulos em carteira, em particular, daqueles com maturidades mais longas.
- O Imobiliário teve um contributo inferior ao benchmark. O fundo Imofomento foi introduzido em carteira para obter exposição ao mercado imobiliário nacional. Os restantes fundos selecionados continuam em processo de desinvestimento e a classe deverá permanecer pouco expressiva.

§



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

COMENTÁRIO AOS RESULTADOS

- Na classe de Retorno Absoluto o contributo foi positivo e superior ao índice de referência. A seleção de fundos manteve-se estável ao longo do ano tendo gerado um retorno relevante com baixos níveis de volatilidade.
- Por fim, as aplicações na componente de Liquidez geraram um contributo ligeiramente negativo que compara com taxas Euribor negativas em todas as maturidades. As fracas perspetivas de rentabilidade para os instrumentos de liquidez justificam a baixa alocação à classe.



RISCOS MATERIAIS

- De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções, em 31.12.2017, os riscos materiais associados eram:
 - Risco de Mercado – Ações
 - Risco de Mercado – Taxa de Juro
 - Risco de Mercado – Taxa de Câmbio
 - Risco de Crédito
 - Risco Imobiliário (Indireto)
 - Risco de Investimentos Alternativos
- Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.
- A gestão dos riscos materiais que afectam o fundo de pensões é efetuada através do recurso a produtos derivados. No quadro seguinte apresentam-se os derivados constantes na carteira do

Código base do derivado	Designação do derivado	Risco associado
ECH18	FUTURO - EURO/USD FX MAR 18	Risco de Mercado – Cobertura Risco Cambial
RPH18	FUTURO EURO/GBP FUTURE MAR18	Risco de Mercado – Cobertura Risco Cambial
EEH18	FUTURO-EURO E-MINI MAR 18	Risco de Mercado – Cobertura Risco Cambial



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

RISCOS MATERIAIS

Riscos

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos activos

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio
- Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2018

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Isabel Castelo Branco Isabel Semedo

\$



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Demonstração da Posição Financeira

		Valores em Euros	
Notas	Demonstração da Posição Financeira	2017	2016
	ATIVO		
	Investimentos		
5	Bilhetes do tesouro	1 244 574	-
5	Títulos de Crédito do Estado	15.015.892	14.771.088
5	Obrigações de Entidades Privadas	10.349.098	7.100.132
5	Fundos de investimento imobiliário	777.097	104.096
5	Fundos Investimento Mobiliário	45.751.781	39.976.229
5	Ações	1.890.941	1.919.996
		75.029.383	63.871.541
	Tesouraria		
5	Depósitos à Ordem	1.860.601	970.713
		1.860.601	970.713
	Devedores Gerais		
	Corretores	46.216	892.439
	Outros Devedores	126.999	124.715
		173.215	1.017.154
	Acréscimos e Diferimentos		
5	Juros a Receber	195.981	216.287
	TOTAL DO ATIVO	77.259.180	66.075.695
	PASSIVO		
	Credores Gerais		
	Entidade Gestora	191.411	97.090
	Estado	-	202
	Outros Credores	10.122	8.589
	TOTAL DO PASSIVO	201.533	105.881
	VALOR DO FUNDO	77.057.647	65.969.814
	TOTAL DO PASSIVO E DO VALOR DO FUNDO	77.259.180	66.075.695

Demonstração de Resultados

Valores em Euros			
Notas	Demonstração de Resultados	2017	2016
	Acréscimos no Valor do Fundo		
9	Contribuições	7.671.603	6.755.415
	Transferências (ganhos)	2.622.916	3.459.324
7	Rendimentos de Aplicações	1.057.799	815.243
7	Ganhos em Aplicações	8.472.059	9.248.435
	Total de Acréscimos no Valor do Fundo	19.824.378	20.278.417
	Decréscimos no Valor do Fundo		
10	Pensões e Capitais Vencidos	(285.454)	(110.692)
11	Transferências	(4.047.469)	(3.888.905)
8	Comissões de Gestão e de Depósito	(526.001)	(385.531)
	Comissões de Mediação	(26.933)	(9.513)
	Impostos	(2.502)	(5.051)
7	Perdas em Aplicações	(3.842.704)	(9.002.738)
	Outras Despesas	(5.481)	(6.625)
	Total de Décréscimos no Valor do Fundo	(8.736.544)	(13.409.055)
	Resultado Líquido	11.087.833	6.869.362

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa	Valor em Euros	
	2017	2016
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Contribuições		
Contribuições de Associados	7.671.603	5.255.979
Transferências	2.622.916	3.459.324
Pensões, Capitais e Prémios Únicos Vencidos		
Pensões Pagas	(4.372)	-
Prémios únicos para aquisição de Rendas Vitalícias	(34.350)	(28.344)
Capitais Vencidos	(246.932)	(83.630)
Transferências	(4.047.469)	(3.888.905)
Encargos Inerentes ao Pagamento de Pensões e Sub. Morte	1	-
Remunerações		
Remunerações de Gestão	(393.730)	(359.063)
Remunerações de depósito e guarda de títulos	(36.423)	(30.866)
Outros Rendimentos e Ganhos		
Outras Despesas	(98)	(107)
Fluxo de Caixa Líquido das Actividades Operacionais	5.531.146	5.823.823
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Recebimentos		
Alienação / Reembolso dos Investimentos	47.600.993	30.077.574
Rendimentos dos Investimentos	1.078.105	849.608
Pagamentos		
Comissões de transacção e mediação	(33.084)	(17.141)
Aquisição de Investimentos	(53.188.914)	(37.609.886)
Outros Gastos com Investimentos	(1)	(783)
Fluxo de Caixa Líquido das Actividades de Investimento	(4.542.901)	(6.700.628)
Variações de Caixa e seus Equivalentes	988.245	(876.805)
Efeitos de alterações da taxa de câmbio	(98.357)	108.371
Caixa no início do Período de Reporte	970.713	1.739.147
Caixa no Fim do Período de Reporte	1.860.601	970.713

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Acções financia planos de pensões de contribuição definida, tendo uma adesão que co-financia um plano de pensões de benefício definido.

No quadro seguinte estão discriminadas as adesões coletivas ao Fundo, bem como o plano ao qual aderiram.

Todos os planos pertencentes ao fundo têm como entidade gestora a BPI Vida e Pensões.

N.º Adesão	Tipo de Plano
1	Benefício Definido
2	Contribuição Definida
3	Contribuição Definida
4	Contribuição Definida
6	Contribuição Definida
7	Contribuição Definida
8	Contribuição Definida
9	Contribuição Definida
10	Contribuição Definida
11	Contribuição Definida
12	Contribuição Definida
13	Contribuição Definida
14	Contribuição Definida
15	Contribuição Definida
16	Contribuição Definida
17	Contribuição Definida
19	Contribuição Definida
21	Contribuição Definida
22	Contribuição Definida
23	Contribuição Definida
25	Contribuição Definida
27	Contribuição Definida
29	Contribuição Definida
30	Contribuição Definida
31	Contribuição Definida
32	Contribuição Definida
33	Contribuição Definida
34	Contribuição Definida
35	Contribuição definida
36	Contribuição Definida
37	Contribuição Definida
38	Contribuição Definida
39	Contribuição Definida

N.º Adesão	Tipo de Plano
41	Contribuição Definida
42	Contribuição Definida
43	Contribuição Definida
44	Contribuição Definida
45	Contribuição Definida
46	Contribuição Definida
47	Contribuição Definida
48	Contribuição Definida
50	Contribuição Definida
51	Contribuição Definida
52	Contribuição Definida
53	Contribuição Definida
54	Contribuição Definida
55	Contribuição Definida
56	Contribuição Definida
57	Contribuição Definida
58	Contribuição Definida
60	Contribuição Definida
61	Contribuição Definida
62	Contribuição Definida
63	Contribuição Definida
64	Contribuição Definida
65	Contribuição Definida
66	Contribuição Definida
67	Contribuição Definida
68	Contribuição Definida
69	Contribuição Definida
70	Contribuição Definida
71	Contribuição Definida
72	Contribuição Definida
73	Contribuição Definida
74	Contribuição Definida
75	Contribuição Definida
76	Contribuição Definida
77	Contribuição Definida
78	Contribuição Definida
79	Contribuição Definida
80	Contribuição Definida
81	Contribuição Definida
82	Contribuição Definida
83	Contribuição Definida
84	Contribuição Definida
85	Contribuição Definida
86	Contribuição Definida
87	Contribuição Definida
88	Contribuição Definida



2. Alterações ocorridas nos planos de pensões em 2017

Durante o ano de 2017, a Associada com o número de adesão n.º 65 passou a realizar contribuições para o Plano de Pensões. Adicionalmente, a Associada da adesão n.º 47 introduziu a possibilidade de serem efetuadas contribuições extraordinárias para financiar o Plano de Pensões, ao abrigo do Programa Flex, implementado na mesma empresa.

Relativamente à Associada da adesão n.º 45, introduziu a possibilidade de efetuar contribuições extraordinárias.

Relativamente à Associada da adesão n.º 21, foram retomadas as contribuições para o fundo de pensões.

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2017 e 2016, não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na *International Accounting Standard* ("IAS") 1 mantidos de acordo com o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") ou Instituto de Seguros de Portugal até 31 de janeiro de 2015), na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, e na Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de maio.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, com exceção das contribuições do Associado, as quais são reconhecidas como rendimentos quando recebidas.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado

financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;

- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Sociedade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o *Financial Times Interactive Data*, o *ISMA – International Securities Market Association*, a *Bloomberg*, a *Reuters* ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de *market makers* da escolha da Sociedade Gestora.

Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação / reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com futuros



As posições abertas em contratos de futuros, são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os ganhos e perdas, realizados ou potenciais, reconhecidos na demonstração de resultados.

A margem inicial com aqueles contratos é registada na rubrica de “Outros devedores” e os ajustamentos de justo valor são registados diariamente em contas de ativo ou passivo, sendo transferidos no dia seguinte para a respetiva rubrica de “Depósitos à ordem”.

4.4. Comissão de gestão

Esta comissão corresponde à remuneração da Sociedade Gestora e do BPI Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., pela atividade de gestão do património do Fundo.

4.5. Comissão de depósito

Esta comissão corresponde à remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo. A comissão é calculada trimestralmente, por aplicação de uma taxa anual de 0,025% sobre o valor da carteira de investimentos que estiver sob a custódia do banco depositário.

4.6. Pensões, capitais vencidos e transferidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais vencidos e transferidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.7. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira, são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças originadas pela atualização cambial são refletidas na demonstração de resultados.



4.8. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF"), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis ("IMT"). Até 31 de dezembro de 2015, atendendo às disposições previstas no artigo 49.º do EBF, os fundos de pensões beneficiavam da redução de 50% sobre as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI"), tendo aquela redução sido revogada com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações Portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

5. **Tesouraria e Inventário dos Investimentos**

Depósitos em Instituições de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

Descrição dos títulos	2017	2016
Depósitos à ordem em Euros	1.439.590	367.532
Banco BPI	421.010	603.181
TOTAL	1.860.601	970.713

Carteira de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017, a carteira de investimentos do Fundo é composta por Ações, Obrigações e Unidades de Participação e tem o seguinte detalhe:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Valia Contabilística	Valia Cambial	Valor da Carteira	Juros Decorridos
AÇÕES					
REN-REDES ENERG.NA.C.SGPS	415.006	(5.371)	-	409.635	-
SONAE SGPS (NOM)	335.400	87.223	-	422.623	-
BANCO BILBAO VISCAYA ARGENTARIA	283.595	(10.529)	-	273.065	-
BANCO SANTANDER (MADRID)	294.215	(16.512)	-	277.703	-
FERROVIAL .SA	309.614	30.658	-	340.272	-
IBERDROLA (MADRID)	162.714	4.930	-	167.643	-
Total Ações	1.800.543	90.398	-	1.890.941	-
OBRIGAÇÕES					
OT-4.95%-25.10.2023	767.064	(4.055)	-	763.009	5.634
OTRV DEZEMBRO 2022	479.219	2.345	-	481.564	370
BELGIUM KINGDOM 4% (28.03.2022)	609.658	(23.530)	-	586.128	15.111
BONOS Y OBLIG DEL EST.-4.2%(31.01.2037)	839.416	(29.189)	-	810.227	24.366
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0.75%-30.07.21	770.055	(2.138)	-	767.918	2.373
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-2.15-31.10.2025	616.361	993	-	617.354	2.062
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-2.35%30.07.2033	216.073	(3.123)	-	212.951	2.082
BUONI POLIENNALI - 5.75% (1.2.2033)	2.134.091	(8.415)	-	2.125.676	36.564
BUONI POLIENNALI DEL TES-2.2%-01.06.2027	1.373.509	17.501	-	1.391.010	2.465
BUONI POLIENNALI DEL TES-5%-01.03.2022	1.790.373	(14.083)	-	1.776.290	24.841

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Valia Contabilística	Valia Cambial	Valor da Carteira	Juros Decorridos
OBRIGAÇÕES					
BUONI POLIENNALI-IL-2.35%-15.09.2024	1.208.697	17.100	-	1.225.796	7.331
DEUTSCHLAND I/L BOND-0.1%-15.04.2023	1.687.891	(7.649)	-	1.680.242	1.095
FRANCE (GOVT OF)-2.5%-25.05.2030	596.431	1.042	-	597.473	7.623
SPAIN I/L BOND-1.8%-30.11.2024	728.761	21.852	-	750.613	993
US TREASURY N/B-2.250%-2024.11.15	2.032.831	10.896	(252.789)	1.790.938	5.109
BCP-4.5%-07.12.2027	1.300.000	(1.274)	-	1.298.726	3.847
BRISA CONCESSÃO RODOV.SA-2%-22.03.2023	613.602	23.970	-	637.572	9.337
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-0.875%-17.10.22	801.304	2.648	-	803.952	1.438
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-10.75%-PERP	1.289.180	89.920	-	1.379.100	-
GALP ENERGIA SGPS SA-1%-15.02.2023	1.495.145	(6.575)	-	1.488.570	1.890
GALP ENERGIA SGPS SA-3%-14.01.2021	737.060	12.542	-	749.602	20.195
SONAE CAPITAL - 2016/2021	300.000	-	-	300.000	2.888
SONAE INVESTMENTS BV-1.625%-11.06.2019	1.341.048	83.452	-	1.424.500	1.247
CCTS EU-TV-15.10.2024	675.119	8.158	-	683.276	1.182
EDP FINANCE BV-1.5%-22.11.2027	892.395	630	-	893.025	1.516
EDP FINANCE BV-5.25%-14.01.2021	592.113	(7.316)	(6.298)	578.499	13.080
TELEFONICA EUROPE BV-TV-PERP	800.000	(4.448)	-	795.552	1.342
Total Obrigações	26.687.397	181.254	(259.087)	26.609.564	195.981
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO					
BPI AFRICA LUX (I) EUR	453.223	5.880	-	459.103	-
BPI ALTERNATIVE LUX (I)	1.657.419	49.275	-	1.706.695	-
BPI EURO LARGE CAPS (I) EUR	2.507.822	196.030	-	2.703.851	-
BPI EUROPA LUX	2.295.917	178.579	-	2.474.496	-
BPI HIGH INCOME LUX (I)	1.102.971	50.165	-	1.153.136	-
BPI IBERIA LUX (I)	2.471.114	441.418	-	2.912.531	-
BPI OPPORTUNITIES LUX (I)	528.759	65.979	-	594.738	-
BPI UNIVERSAL LUX (I)	1.784.183	170.026	-	1.954.209	-
IMOFONTO - FI	715.244	3.433	-	718.677	-
ALLIANZ RCM EURL EQTY GRW-WT	2.510.621	208.296	-	2.718.917	-
ALLIANZ-DISC GERMANY STRAT-i	566.132	55.156	-	621.289	-
BNY MELLON ABS RET EQTY-€TH	382.277	5.269	-	387.546	-
BRANDES EURPN VALUE-I-EUR	942.316	(4.480)	-	937.836	-
ELEVA UCITS FD-EUROPEAN SEL-FD-I-EUR	922.516	6.868	-	929.384	-
ETF-ISHARES MSCI EUROPE UCITS (AMS)	2.640.093	153.196	-	2.793.289	-
EXANE 2 CRISTAL FUND - A	590.924	(2.885)	-	588.039	-
INVESCO-EURO EQ-FD-C-CAP-EUR	2.744.470	(17.273)	-	2.727.197	-
ISHARES DJ EST BANKS DE	2.451.905	(35.909)	-	2.415.996	-
ISHARES MSCI MEU	3.296.248	166.800	-	3.463.048	-
IVI UMBRELLA FUND-EUROPEAN	1.681.143	203.496	-	1.884.639	-
JPM EUROLD DYN C PERF ACCEUR	2.477.283	219.181	-	2.696.464	-
JUPITER GLOBAL FD-EURO GRO I	1.818.279	58.977	-	1.877.256	-
KANAM GRUNDINVEST FONDS	46.408	(14.270)	-	32.138	-
MARSHALL WCE-MW DEV EU-A EUR	452.431	31.213	-	483.644	-
OLD MUT GIS RET FD	420.133	24.227	-	444.360	-
OYSTER EUROPEAN SELECT-IEUR	1.741.655	115.301	-	1.856.955	-
PIONERR FD-EURO EQ V/L-IE	2.993.698	103.346	-	3.097.043	-
RAM LUX SYS- EUROPEAN WQTY-S-P	1.603.404	266.717	-	1.870.122	-
SEB IMMOINVEST	57.688	(31.406)	-	26.282	-
Total Unidades de Participação	43.856.275	2.672.604	-	46.528.878	-
TOTAL	72.344.214	2.944.256	(259.087)	75.029.383	195.981

Face a 2016, não se verificam alterações materialmente relevantes na composição da carteira de investimentos.

6. Riscos associados à carteira de investimentos

Exposição e Origem do Risco

As carteiras dos Fundos de Pensões estão expostas aos diversos tipos de riscos existentes.

O Risco de Mercado é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo. Estas oscilações podem ter origem na perceção dos investidores, na evolução dos mercados e dos fatores de risco ou ainda políticos.

O Risco de Crédito é a possibilidade de um emitente de determinado título não apresentar a capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.

O Risco de Liquidez consiste na eventual dificuldade na venda dos ativos que compõem a carteira do fundo.

O Risco Operacional resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, pessoas, sistemas ou processos externos.

Objetivos, Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco. Métodos de Mensuração de Risco

A BPI Vida e Pensões considera a gestão de risco uma das fundamentais disciplinas no seu modelo de funcionamento. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre as carteiras entre gestores e órgãos da administração.

Existe uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, esta equipa serve-se do Value at Risk como estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. A Companhia reformulou em 2014 o seu sistema de acompanhamento e controlo de risco de mercado das carteiras sob gestão, recorrendo à implementação de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco – uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição, ex-ante, das carteiras aos principais fatores de risco – mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito ou fatores de estilo – em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um benchmark – passou assim a ser aferida em cada momento através do software PORT. Para assegurar um nível aceitável de diversificação, este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da Bloomberg, que engloba naturalmente fatores destinados a capturar esta dimensão do risco.

Para atender ao risco de liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez no mínimo suficientes para fazer face aos resgates previstos. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

De referir que, em 2015, em parceria com a Universidade NOVA de Lisboa, foi desenvolvido um projeto que pretende promover uma análise consistente do risco de liquidez de cada carteira, cuja implementação está em curso.

No âmbito do Risco Operacional, a equipa de Risco também mede o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação do custo associado.

Por último, e para além dos limites legais e das políticas de investimento, cujos alertas de incumprimentos são enviados aos gestores sempre que as carteiras são fechadas, ainda estão a ser implementados limites de Risco de Contraparte definidos internamente para a BPI GA e para a BPI Vida e Pensões, sendo ainda dada informação aos gestores sobre as operações pendentes de liquidação nas carteiras que gere.

Análise de sensibilidade

Uma ferramenta que agrega os principais riscos de mercado é o *Value at Risk*: a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança.

Para o cálculo deste indicador, utilizam-se as volatilidades e correlações apurados historicamente para os diferentes títulos e preços nos últimos 365 dias. É disponibilizado a todos os gestores o *Value at Risk* com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês.

VaR / Carteira (%)	VaR (€)
1,71	1.316.516

Este valor (VaR) pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
1,47	0,18	0,06

7. Rendimentos e Ganhos e Perdas de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas têm o seguinte detalhe:



Acréscimos

Investimentos	Rendimentos	Ganhos		2017	2016
		Mais Valia			
		Potencial	Realizada		
Acções e U.P	454.759	2.875.040	1.860.976	5.190.776	1.991.602
Obrigações	590.219	293.048	227.712	1.110.979	1.210.830
Depósitos	12.821	267.571	3.658	284.050	701.324
Derivados	-	-	2.928.546	2.928.546	6.133.946
Outros	-	15.508	-	15.508	25.976
Total	1.057.799	3.451.167	5.020.892	9.529.858	10.063.678

Decréscimos

Investimentos	Gastos	Perdas		2017	2016
		Menos Valia			
		Potencial	Realizada		
Acções e U.P	-	149.577	190.184	339.761	1.492.476
Obrigações	-	370.881	206.774	577.656	270.613
Depósitos	-	299.339	13.676	313.014	690.036
Derivados	-	7.374	2.589.391	2.596.765	6.523.637
Outros	-	15.508	-	15.508	25.976
Total	-	842.679	3.000.025	3.842.704	9.002.738

8. Comissões

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, é da responsabilidade deste efetuar o pagamento das comissões à Sociedade Gestora e ao Banco Depositário.

O detalhe das comissões registadas nos exercícios de 2017 e 2016 é conforme segue:

Tipo de Comissão	2017	2016
Comissões de Gestão Financeira	388.468	332.982
Cargas de Gestão Administrativ	11.397	22.919
Comissão de incentivo	67.159	(19.278)
Gestão pagamento benefícios	58	-
Acções	74	74
Comissão depósito	37.876	32.055
Comissão Depositária	-	1.732
Outros títulos	505.032	370.482
Imposto selo s/ comissões	18.692	13.670
Taxa ISP	2.277	1.378
TOTAL	526.001	385.531

As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Actuarial	Plano BD	A comissão actuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

9. Contribuições

Durante os exercícios de 2017 e 2016, foram efetuadas as seguintes contribuições:

Contribuições		Diferença (2) - (1)	Contribuições 2016	Variação 2017/2016	
Estimado (1)	Efetivo (2)			Absoluta	Relativa
7.744.548	7.671.603	(72.945)	6.755.415	916.188	14%

10. Benefícios

Durante o exercício de 2017, não foram pagas pelo fundo quaisquer pensões, verificando-se apenas uma diminuição das remições s/ incumprimento, das remições c/ incumprimento e dos prémios únicos.

Tipo de Pensão	2017	2016
Remições S/incumprimento	246.672	65.558
Remições C/incumprimento	260	13.317
Prémios únicos	34.350	28.344
Reembolso Capital - IRS A	862	1.273
Reembolso Capital - IRS E	2.917	1.461
Reembolso Capital - IRS Sobretaxa A	393	739
TOTAL	285.454	110.692

11. Transferências

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a variação no valor do Fundo por transferências, correspondem essencialmente a adesões individuais dos participantes a Fundos de Pensões Abertos.



BAKER TILLY

Edifício Taurus
Campo Pequeno, 48 – 5º Esq.
1000-081 Lisboa, Portugal

T: +351 210 988 710
www.bakertilly.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções (“Fundo”), gerido pela BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 77.259.180 euros e um valor do Fundo de 77.057.647 euros, incluindo um resultado líquido de 11.087.833 euros), a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

1. Valorização dos ativos registados na carteira de investimentos (excluindo terrenos e edifícios)

Descrição da matéria relevante

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos registados na carteira de investimentos (excluindo terrenos e edifícios) ascendiam a 75.029.383 euros, correspondente a cerca de 97% do total do ativo (Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras). Atendendo à natureza daqueles ativos, entendemos que existe o risco inerente de a sua valorização não estar de acordo com (i) as normas estabelecidas pela ASF e (ii) os critérios, modelos e fontes de valorização dos ativos integrantes das carteiras geridas pela Entidade Gestora. Nestas circunstâncias, a titularidade e a valorização destes ativos, são áreas relevantes no âmbito da auditoria às demonstrações financeiras.

A

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM n.º 20161528 e na OROC n.º 235 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

Sede: Edifício Taurus, Campo Pequeno, 48 – 5º Esq. 1000-081 Lisboa, Portugal | Escritório no Porto: Rua Júlio Dinis, 204, Office 312, 4050-318 Porto | Escritório em Leiria: Galerias Eurosol, Rua D. José Alves Correia da Silva, 2414-010 Leiria

A nossa resposta

Os nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- Revisão dos procedimentos da Entidade Gestora, nos processos de (i) valorização destes ativos e direitos e obrigações relacionados; e (ii) reconciliações bancárias;
- Revisão da reconciliação entre (i) estes ativos, (ii) os registos contabilísticos e (iii) a resposta e/ou mapas de posição patrimonial do banco depositário em 31 de dezembro de 2017;
- Revisão da valorização dos ativos negociados em mercado regulamentado, de acordo com os critérios, modelos e fontes de valorização utilizadas pela Entidade Gestora e aceites pela ASF. Conforme aplicável, consultámos fontes de preços, externas e independentes, bem como outras fontes de informação de referência ou modelos de valorização, definidos e aceites pelas normas estabelecidas pela ASF;
- Revisão da adequação das divulgações do Fundo, relativamente aos métodos de valorização destes ativos.

2. Cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a Fundos de Pensões

Descrição da matéria relevante

Uma vez que a atividade de gestão do Fundo é regulamentada pela ASF e pelo Regime Jurídico dos Fundos de Pensões, que regula a constituição e o funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, o cumprimento daquela legislação e da regulamentação emitida pela ASF, bem como do Contrato de Gestão do Fundo, são matérias relevantes pelo potencial impacto nas demonstrações financeiras e divulgações a efetuar no relato financeiro (subsecção de “Enquadramento” da secção “Introdução” e subsecção de “Política de Investimentos” da secção de “Investimentos” do Relatório de Gestão e Nota 4.2. do anexo às demonstrações financeiras).

A nossa resposta

Os nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- Revisão dos procedimentos da Entidade Gestora, relacionados com o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, nomeadamente sobre o cumprimento da (i) política de investimento e (ii) das políticas de valorização dos ativos registados na carteira de investimentos;
- Análise substantiva, do cumprimento daquelas disposições legais e regulamentares;
- Revisão das atas das reuniões do Órgão de Gestão da Entidade Gestora;
- Revisão da resposta dos advogados ao nosso pedido de confirmação externa.

3. Responsabilidades com pensões

Descrição da matéria relevante

Uma vez que o Fundo financia dois planos de pensões de benefício definido, entendemos que existe o risco inerente de: i) o valor do fundo ser insuficiente para fazer face às responsabilidades com pensões, e; ii) os pressupostos utilizados na sua estimativa, não serem razoáveis (secção “Cobertura das Responsabilidades” do Relatório de Gestão). Os pressupostos utilizados para determinar aquelas responsabilidades envolvem julgamentos dos peritos atuariais, cujas estimativas projetadas poderão sofrer efeitos significativos, pelo que a valorização daquelas responsabilidades é uma área relevante no âmbito da auditoria.



A nossa resposta

Os nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- Revisão dos procedimentos realizados pela Entidade Gestora e pelo perito atuarial, relacionados com o processo de avaliação das responsabilidades com pensões;
- Revisão da razoabilidade dos pressupostos e estimativas realizadas pelo perito atuarial, sobre a valorização das responsabilidades com pensões e sobre a razoabilidade do modelo de avaliação, utilizados na avaliação atuarial.

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão da Entidade Gestora é responsável pela: preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Fundo; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora, incluindo o Órgão de Fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação da Entidade Gestora, incluindo o Órgão de Fiscalização,

determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; (viii) declaramos ao Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao seguinte:

- Não foram divulgadas no Relatório de Gestão informações relativas às entidades que são simultaneamente associados/participantes deste Fundo e de outros fundos geridos pela Entidade Gestora, nomeadamente sobre: (i) o valor da quota-parte do fundo afeta, (ii) o valor atual das responsabilidades passadas obtido pelo cenário de financiamento e (iii) o respetivo nível de cobertura daquelas responsabilidades passadas, em conformidade com as disposições previstas no n.º 2 do artigo 10.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R da ASF, dado tratar-se de adesões em co-financiamento onde o valor total dos fundos afetos e respetivas responsabilidades estão apresentados no Relatório de Gestão de outros Fundos de Pensões.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014


Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores do Fundo pela primeira vez por deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 6 de outubro de 2016, complementada pela deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 13 de outubro de 2016, para um mandato compreendido entre 2016 e 2019.
- O Órgão de Gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora em 28 de fevereiro de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:



- i. Trabalhos de auditoria para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole contabilística e estatística do Fundo, em conformidade com as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de maio, da Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) e na Norma Regulamentar n.º 18/2008-R, de 23 de dezembro, da ASF (conforme alterada pela Norma Regulamentar n.º 20/2010-R, de 16 de dezembro, da ASF).

Lisboa, 28 de fevereiro de 2018


BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André